



Consensos Alargados Para Recuperar Portugal



Manuel Reis Campos
Presidente da CPCI
e da AICCOPN
www.aiccopn.pt

Um dos mais graves problemas estruturais do País, e que tem um especial impacto negativo no Setor da Construção e do Imobiliário, é a incapacidade de, a exemplo do que se passa em muitos países na restante Europa, ver assumidos amplos consensos societais e verdadeiros acordos de regime em matérias estruturantes, capazes de se sobrepor aos ciclos eleitorais e de gerar a confiança e a estabilidade em torno de um rumo estratégico para o País. Esta é uma questão que assume uma importância acrescida num momento em que Portugal atravessa uma crise sem precedentes e tem de apresentar, em Bruxelas, uma estratégia de recuperação robusta e capaz de mobilizar toda a sociedade.

Com efeito, as recentes declarações do Presidente do CES, que refere, precisamente, a imperiosa necessidade de implementar um “pacto de regime” tendo em vista o aumento da produtividade e do crescimento económico nacionais, devem ser vistas, na presente conjuntura, como mais um alerta que não pode ser ignorado. As empresas não podem enfrentar a falta de planeamento e a incerteza, quando lhes está a ser pedido um esforço sem precedentes para manter a sua capacidade produtiva e o emprego.

Como temos afirmado, as

empresas portuguesas têm de poder posicionar-se de forma competitiva e ter a possibilidade de antecipar adequadamente, o volume, o tipo de obras e a forma como vão ser lançadas e realizadas no curto e médio prazo. Só assim podem preparar-se com a segurança que se exige, dimensionando-se, capacitando-se e adquirindo novas competências para um ciclo de investimento que terá na transição climática e na transição digital os seus princípios orientadores.

Esta aposta que o tecido empresarial terá de fazer, e que envolve desde as maiores empresas até às micro e PME's que constituem a nossa base produtiva, é essencial para maximizar os efeitos destes investimentos no emprego e na sociedade portuguesa. Os permanentes avanços e recuos no planeamento e na concretização dos investimentos estruturantes não podem continuar a ser um fator penalizador, sobretudo quando é necessário tirar partido de instrumentos como o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) que preveem um exigente ritmo de execução dos projetos.

É preciso ter presente que, para além deste PRR há um Portugal 2020 para concluir e que, no final do ano passado ainda estavam por executar 11,2 mil milhões de euros, ou seja, 43% dos fundos comunitários atribuídos ao nosso País.

É chegado o momento de trabalhar em conjunto e reunir os necessários consensos para recuperar a economia nacional e dinamizar o investimento público e privado, porque Portugal não pode ficar à margem de uma aposta europeia que coloca o Setor, o investimento estruturante e o desenvolvimento sustentável no centro da sua ação.

Para além deste PRR há um Portugal 2020 para concluir e que, no final do ano passado ainda estavam por executar 11,2 mil milhões de euros